

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE NA TEORIA PÓS-FORDISTA

MODERNITY AND POSTMODERNITY IN THE POST-FORDIST THEORY

PAULO ANDRÉ NIEDERLE¹

RESUMO: O artigo analisa os elementos que permitem à teoria da sociedade pós-fordista – especialmente na formulação de David Harvey – construir uma interpretação consistente acerca da chamada “condição pós-moderna”. Inicialmente, demonstra a necessidade de uma crítica modernista da pós-modernidade. Em seguida, discute as implicações de se conceber a condição pós-moderna como uma situação histórica peculiar, uma fase do capitalismo flexível. Ao mesmo tempo, questiona a idéia de que a pós-modernidade exprime a face cultural e estética do capitalismo “tardio” ou “desorganizado”, advogando a necessidade de uma leitura multidimensional, capaz de abarcar igualmente os aspectos econômicos, políticos, culturais e estéticos. Por fim, faz uma espécie de resenha dos principais processos envolvidos na passagem do fordismo para a acumulação flexível, analisando como esta transição, com suas profundas conseqüências sobre a organização do tempo e espaço social, conformaram a condição da pós-modernidade.

ABSTRACT: This paper analyzes the elements that make possible to the theory of post-fordist society – especially in David Harvey’s conception – build-up a consistent interpretation of the “postmodern condition”. Initially, the paper shows the necessity of one modernist critic to post-modernity. Afterwards the paper discuss the implications of understand the postmodern condition while one singular historical situation, a phase of the flexible capitalism. At the same time, the article questions the idea of post-modernity as the cultural and aesthetic face of the “late” or “disorganized” capitalism, advocating the necessity of a multidimensional understand, able to recognize equally the economics, politicians, cultural and aesthetic aspects of post-modernity. Finally, the paper make a synopsis of most important processes involved in the pass of fordism to flexible accumulation, analyzing how this transition, with its deep consequences to organization of time and space, had conformed the postmodern condition.

Palavras-chave: Modernidade; Condição Pós-moderna; Pós-fordismo.

Key words: Modernity; Postmodern Contition; Post-fordism.

Sumário: Introdução - 1 O Advento do Pós-Modernismo e a Crítica da Modernidade - 2 Teoria Pós-Moderna e Pensamento Científico - 3 Cultura ou Sociedade Pós-Moderna? - 4 Da Acumulação Flexível à Condição Pós-Moderna - Considerações Finais - Referências.

¹Doutorando em Ciências Sociais (UFRRJ). Bolsista do CNPq. Contato: Av. Nossa Senhora de Fátima, 64/401. Centro, Rio de Janeiro, RJ. 20240-051. E-mail: paulo.niederle@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

É possível analisar a condição da pós-modernidade a partir das premissas de uma ciência eminentemente “moderna”? Caso se anseie conhecer as origens e os determinantes desta nova condição histórica, ou indagar sobre a validade das afirmações acerca da sociedade contemporânea, mais do que possível esta é uma tarefa indispensável. A começar pela própria definição do que seja pós-modernidade, inexequível sem a objetividade que os teóricos pós-modernistas tanto procuram evitar. Decerto, nada mais remoto a qualquer “teoria pós-moderna” do que delimitar categorias de análise, mencionar conexões estruturais ou definir elementos invariantes e relações causais entre eventos.

É isto que sugere David Harvey em seu livro *A condição da pós-modernidade*:² dispor de um método *moderno* para analisar a nova condição histórica da sociedade capitalista. Harvey concebe a pós-modernidade como uma circunstância histórica peculiar condizente com a transição em curso no interior do sistema capitalista: a mudança de um regime de acumulação e de um modo de regulamentação social e política “fordista” para um regime de “acumulação flexível”. De fato, a ênfase do autor sobre o regime de acumulação e regulação foi tamanha que, ao longo das duas últimas décadas, sua obra foi referida sobretudo nas discussões a respeito da emergência do chamado “pós-fordismo” ou “sociedade pós-fordista”. Isto não se deu, todavia, sem prejuízo de uma leitura mais abrangente das formulações do autor sobre a condição da pós-modernidade, mais especificamente sobre as conexões espaciais e temporais que articulam de novos e distintos modos as dimensões culturais e estéticas sobressalentes na discussão pós-moderna, com os reinos do econômico e do social, que predominam no debate pós-fordista.

Um misto de surpresa e apreensão caracterizou a entrada da *Condição Pós-moderna* nos círculos acadêmicos, notadamente, entre os intelectuais de esquerda com quem Harvey dialoga. Marxistas ortodoxos logo questionaram o crédito de alguém que se considerava marxista, mas ‘propagandeava’ a emergência de uma condição pós-moderna, algo até então só concebível entre críticos fervorosos do *Capital*. De outro lado, teóricos pós-modernos que à primeira vista podem ter se empolgado com o título do livro, logo perceberam que ali estava uma análise que pouco se associava à idéia de pós-modernidade que vislumbravam e, para além disso, poderia constituir inclusive a base de uma consistente contraposição às suas formulações. Fiel ao materialismo histórico, Harvey construiu um arcabouço teórico suficientemente amplo e coerente para servir de suporte a pensadores heterodoxos que viram na sua obra uma alternativa tanto ao otimismo das teorias que advogavam a emergência de uma “sociedade pós-industrial”, quanto ao pessimismo agonizante das teorias pós-modernas.

Mas, qual é precisamente a peculiaridade da análise de Harvey acerca da pós-modernidade? No que segue, argumenta-se que sua perspectiva tornou-se particularmente importante porque difere de outras teorias em dois sentidos principais. Primeiro, ao falar de pós-modernidade como uma situação histórica, uma fase do capitalismo contemporâneo (flexível, global, tardio etc.), o autor afasta-se da idéia de pós-modernidade como uma condição humana a-histórica, uma situação do conhecimento humano, a qual está presente nas interpretações de intelectuais como Lyotard (2004). Em segundo lugar, diferentemente de autores como Jameson (1996) e Lash & Urry (1994) que definem o pós-modernismo somente como a face cultural e

²O livro de Harvey foi publicado no Brasil sob o título “Condição Pós-moderna”, uma tradução infeliz do original em inglês *The Condition of Posmodernity* (1989) onde o autor faz uma espécie de “jogo de palavras” com o título da obra de Jean-François Lyotard *La Condition Postmoderne* (1979), o qual também foi traduzido para o leitor brasileiro como “A Condição Pós-moderna”.

estética do capitalismo “tardio” ou “desorganizado”, Harvey assume uma visão mais abrangente que consegue captar igualmente as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais da condição pós-moderna.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira discute o pós-modernismo como um movimento cultural que colocou em xeque o “projeto da modernidade” ou, pelo menos, um projeto de modernização que se tornou hegemônico no pós-guerra (HABERMAS, 1992). Ao mesmo tempo em que se apontam questões e temas importantes que o pós-modernismo trouxe para o centro do debate social, critica-se o modo como impetrou uma leitura parcial e viesada da modernidade. A segunda seção discute um aspecto particularmente problemático da crítica pós-moderna: o desenvolvimento de uma nova forma de ver a realidade social que nega aquilo que Wallerstein (1998) chama de “a cultura da sociologia”, isto é, o conjunto de premissas que historicamente orientaram as ciências sociais na descoberta do mundo. Define-se o conjunto de interpretações que caminharam nesta perspectiva como “teoria pós-moderna”. A terceira seção discute interpretações que consideram a pós-modernidade como uma fase histórica da sociedade capitalista. Contrastamos aqui perspectivas que assumem o pós-modernismo unicamente como a dimensão cultural da modernidade tardia com a análise multi-dimensional de Harvey. A quarta seção faz uma espécie de resenha da proposição teórica de Harvey, aludindo como a mudança nas bases materiais da sociedade capitalista foi responsável pela “compressão do tempo-espaço” ao ponto de alterar o conjunto das relações sociais e impulsionar o desenvolvimento de uma condição pós-moderna. Finalmente, discutem-se as principais contribuições e os limites inerentes à perspectiva aqui analisada, além de sua relevância para a teoria social contemporânea.

1 O ADVENTO DO PÓS-MODERNISMO E A CRÍTICA DA MODERNIDADE

De acordo com Marshall Berman (1982), o pós-modernismo é a crítica de um projeto de modernidade que ganhou proeminência no pós-guerra. Mais exatamente, trata-se da crítica de um projeto de modernização. Considerar amplamente o pós-modernismo como uma resposta à modernidade leva a uma simplificação das contradições históricas inerentes à própria modernidade. Assim, antes de tudo, é necessário compreender a qual projeto de modernidade/modernização se direciona a crítica pós-moderna.

Harvey (2007) distingue três períodos da modernidade. O primeiro surgiu com o nascimento do ideal iluminista de progresso e emancipação humana que via na ciência objetiva e racional um meio de desvendar as “leis da natureza” para, a partir daí, desenvolver um mundo de justiça, liberdade e igualdade. Sustentava essa perspectiva a idéia de que todas as dúvidas acerca da natureza do mundo possuem uma única e verdadeira resposta, a qual seria alcançada pela organização racional do mundo e o desenvolvimento linear e progressivo do conhecimento humano.

Contudo, essa não foi a única imagem de modernidade que a humanidade produziu. A partir de 1848 a modernidade sofreu uma transformação qualitativa na sua natureza. Para Harvey, a ascensão do movimento socialista fez ruir a crença de que existia somente um modo de representação da realidade. “A fixidez categórica do pensamento iluminista foi crescentemente contestada e terminou por ser substituída por uma ênfase em sistemas divergentes de representação” (HARVEY, 2007, p. 36). Este período alcançou sua maturidade entre as duas grandes guerras e foi marcado, por um lado, pela perda da fé no projeto iluminista de progresso e emancipação humana pela razão (para os marxistas, agora esta só seria alcançada pela luta de classes) e, por outro, por um profundo sentimento de anarquia e desordem, nada próximo ao mundo racional do primeiro período. A modernidade passou a conviver com um período de

tensões que fizeram eclodir as múltiplas contradições da sociedade e, à medida que reconheceu a impossibilidade de representar o mundo de uma única forma, ela viu-se submersa numa disputa entre muitos projetos de modernização. Não obstante, mesmo apontando para caminhos diferentes, essas múltiplas representações ainda consideravam a possibilidade de encontrar a “verdadeira essência da condição humana”.

Na luta entre distintos movimentos no interior do modernismo, ganhou força novamente a imagem racionalizada do mundo, que buscou no mecanicismo newtoniano o ideal da máquina modernista que salvaria a humanidade do desastre e do caos em que estava mergulhada (vide as duas guerras mundiais, a crise de 1929, a emergência dos sistemas autoritários etc.). O pós-guerra assistiu ao nascimento do que Harvey chama de “alto modernismo”, um período da modernidade baseado na organização fordista-keynesiana do capitalismo e altamente estável se comparado com os períodos anteriores. Renasce o ideal de progresso linear, o planejamento racional, as verdades universais e a utopia da emancipação humana do projeto iluminista. “O modernismo resultante era positivista, tecnocêntrico e racionalista” (HARVEY, 2007, p. 42).

O pós-modernismo surge justamente em meio a movimentos anti-modernos de oposição à “gaiola de ferro” da racionalidade tecno-burocrática do alto modernismo. Estabelecido inicialmente a partir de uma crítica estética e cultural à rigidez modernista em campos como a arquitetura, as artes e a literatura, o pós-modernismo logo se tornou uma condenação a todo o projeto da alta modernidade. Anunciou a “morte do sujeito social”, o fim das “energias utópicas” do mundo moderno e uma descrença total no progresso, na sociedade do trabalho, no mercado e nas virtudes da democracia. Com efeito, não surpreende que muitos teóricos pós-modernos tenham se perdido num pessimismo agonizante em relação às possibilidades da ação social e da emancipação humana.³

Contra o mundo racional, unificado, inalterável e objetivo da modernidade, o pós-modernismo acentuou a heterogeneidade, fragmentação, transitoriedade e indeterminação (KUMAR, 1997). No entanto, ao exacerbar os aspectos efêmeros, instáveis, descontínuos e contraditórios do mundo, o que o pós-modernismo fez foi regressar a elementos constituintes da própria modernidade. Segundo Berman (1982, p. 15), o autor que maiores esforços dedicou para defini-la, a modernidade “trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Neste caso, estamos diante da necessidade de admitir que a pós-modernidade não significa a superação da modernidade, mas apenas uma forma de acentuar dimensões da recente metamorfose de um projeto de modernidade ainda inacabado (HABERMAS, 1992; BERMAN, 1982). Para Kumar (1997, p. 187), “a pós-modernidade, segundo esse ponto de vista, é modernidade tornada consciente de seus princípios e práticas, uma modernidade autoconsciente”. Assim, a condição da pós-modernidade reflete antes uma crise *na* modernidade do que uma crise *da* modernidade.

A diferença é que enquanto o projeto modernizante buscava soluções aos problemas da modernidade através da racionalização, uniformização, unificação e estabilização, procurando definir os elementos “eternos e imutáveis” contidos no turbilhão de mudanças sociais, o pós-modernismo acentuou o imperativo do caos, das disjunções e da desestabilização para o desenvolvimento do conhecimento humano.

³Como nota Touraine (1994), ao sujeito individual fragmentado, separado de qualquer razão ou moral de ordem coletiva, não restava alternativa senão sucumbir frente ao poder político e econômico.

“Os filósofos pós-modernos nos dizem que não apenas aceitamos, mas até nos entreguemos às fragmentações e à cacofonia de vozes por meio das quais os dilemas do mundo serão compreendidos” (HARVEY, 2007, p. 112).

As críticas dos movimentos pós-modernistas atacaram preceitos fundamentais da modernidade presentes em todos os seus períodos históricos, como os ideais de emancipação humana baseados na ciência e na razão e a imagem de uma realidade externa à representação social sobre a qual se buscavam verdades irrepreensíveis. Outras críticas, como a que exclui da modernidade a diversidade e heterogeneidade de projetos e as contradições do seu desenvolvimento não podem ser dirigidas a todos os períodos. De fato, o pós-modernismo consiste numa ofensiva ao projeto de modernização vinculado à alta modernidade. O motivo de suas críticas poderem ser dirigidas a concepções presentes em outras fases históricas deve-se, obviamente, ao fato de que a alta modernidade incorpora elementos de outros períodos, em especial do projeto iluminista inicial.

Não há dúvidas de que o pensamento pós-moderno esclarece aspectos diversos da dinâmica do mundo contemporâneo. Como alude Kumar (1997, p. 188), a idéia de pós-modernidade “[...] nos alerta para aspectos da modernidade tardia que, de outra maneira, poderiam escapar de nossa atenção. Somos então capacitados a ver novas coisas ou coisas antes não notadas, ou fenômenos que podem ter parecido pouco promissores em fases mais antigas da modernização e que, inesperadamente, sobreviveram ou renasceram”. A preocupação com a diversidade, as diferenças culturais, a fragmentação das identidades e a proliferação dos movimentos de minorias sociais seguramente estão entre aquelas contribuições incontestáveis. A crítica dos benefícios da “razão” e da ciência como instrumentos libertadores e a consciência da incerteza e relatividade do conhecimento perante o mundo também merecem ser destacados. Neste caso, contudo, é preciso ter cuidado para que o “irracionalismo” pós-moderno não resulte na desqualificação da ciência ou na sua indistinção em relação a outras formas de saber.

2 TEORIA PÓS-MODERNA E PENSAMENTO CIENTÍFICO

Um clima de confusão e incerteza cercou a emergência da condição pós-moderna. Suas contradições demonstraram que as teorias precedentes já não eram suficientes à compreensão de um mundo cada vez mais dinâmico e heterogêneo. As incertezas quanto à nova fase abriram um tempo particularmente promissor para o desenvolvimento de novas teorias e estas proliferaram de todos os lados do espectro ideológico, político e social, levando às ciências sociais a uma verdadeira babel conceitual.

A teoria pós-moderna aproveitou este período fértil à emergência de novas representações sobre a realidade social para consolidar o que Jameson (1996, p. 14) chama de “um novo gênero discursivo”. Com sua descrença em relação à possibilidade de um conhecimento racional e objetivo de um mundo real que sequer existe mais, a teoria pós-moderna aproximou perigosamente ciência e mito, fato e retórica, ética e estética, presente e passado (WOOD, 1999).

A incredulidade em relação às metanarrativas da modernidade (LYOTARD, 2004), consideradas universalistas e essencialistas, e a ênfase no efêmero, particular e fragmentário, levou a teoria pós-moderna a uma crítica veemente ao modo como as ciências sociais interpretam a realidade social. Como seus críticos corretamente perceberam, as metateorias tendiam a ocultar muitos detalhes e contradições em prol de uma leitura totalizante dos processos de desenvolvimento. Assim, ao renegar os grandes esquemas interpretativos, a teoria pós-moderna acreditara ter construído um discurso suficientemente amplo para abarcar a heterogeneidade de discursos que

compõem o mundo social sem esboçar qualquer pretensão universalista. No entanto, o fato é que por detrás deste conjunto de perspectivas sem ambições totalizantes emergiu um novo tipo de narrativa generalista acerca da própria ciência ou, mais precisamente, acerca do modo de se compreender a (*des*)ordem social. Ao transcender os aspectos particulares para fazer alegações abrangentes sobre a própria natureza da sociedade e da realidade objetiva (KUMAR, 1997), os teóricos pós-modernos construíram uma forma de compreender a realidade social que colocou em xeque os fundamentos que orientaram o desenvolvimento histórico das ciências sociais. Conforme protesta Touraine (1994, p. 197), “como não ver que, sob todas as suas formas, este pós-modernismo é incompatível com o essencial do pensamento social que nós herdamos de dois séculos que precederam o nosso [...]”.

Tal postura marcou um profundo ceticismo epistemológico que questionou a própria possibilidade de se alcançar as causas, origens e elementos constitutivos fundamentais dos processos sociais, refutando, portanto, a possibilidade de um conhecimento objetivo e unificado dos fatos sociais (FOSTER, 1999). Nas suas vertentes mais radicais a narrativa pós-moderna desconstruiu a realidade a tal ponto que esta se tornou uma junção caótica de discursos e signos socialmente construídos. A realidade perdeu seu componente 'natural' para tornar-se uma fluída interconexão de imagens e “jogos de linguagens”, para retomar o termo que Lyotard (2004) emprestou de Wittgenstein. Para Lyotard (2004), a palavra pós-moderna designa um estado da cultura decorrente das transformações nas regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes, as quais alteram o estatuto do conhecimento humano sobre o mundo.

A preocupação com a multiplicidade de significados que emergem de fenômenos sociais cada vez mais particulares e fragmentados impede a teoria pós-moderna de reconhecer qualquer tipo de causalidade histórica ou conexão estrutural (WOOD, 1999). Segundo Harvey (2007, p. 112), a oposição à análise macrosocial resultou na total incompreensão de “processos político-econômicos que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana”⁴. Para o autor, a teoria pós-moderna corre o risco de criar uma perigosa retórica que “evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global”, tornando-se cúmplice do *establishment*.

Ademais, a aversão ao projeto da modernidade e seu ideal de progresso levou o pós-modernismo a abandonar facilmente o passado e a memória histórica (FOSTER, 1999). Como menciona Kumar (1997), para os pós-modernos o passado e a própria história já não fazem mais sentido; o mundo se converteu em

[...] um mundo de presente eterno, sem origem ou destino, passado ou futuro, um mundo no qual é impossível achar um centro ou qualquer ponto ou perspectiva do qual seja possível olhá-lo firmemente e considerá-lo como um todo; um mundo em que tudo que se apresenta é temporário, mutável ou tem o caráter de formas locais de conhecimento e experiência (KUMAR, 1997, p. 157).

Por um lado, a rejeição das metanarrativas desvalorizou o passado e fez a teoria pós-moderna perder a historicidade. Nos termos de Jameson (1996), o excessivo grau de fragmentação fez a teoria pós-moderna perder-se em “uma série de presentes perpétuos”. Por outro, a aversão às definições e categorias genéricas levou facilmente a problemas com a sistematicidade e objetividade do conhecimento.

⁴Harvey (2007, p. 100) acentua, sobretudo, como a lógica do dinheiro se tornou universal no capitalismo contemporâneo: “As linguagens materiais comuns do dinheiro e da mercadoria fornecem uma base universal no capitalismo de mercado para ligar todos a um sistema idêntico de avaliação do mercado e, assim, promover a reprodução da vida social através de um sistema objetivo de ligação social.”

Isto significa, todavia, que o conhecimento produzido pelos ditos teóricos pós-modernos não possui valor algum? Ora, quem ousaria negar a vasta contribuição de Foucault em suas discussões sobre micro-política, vigilância, autoridade, bio-poder etc.? Quem refutaria a contribuição do desconstrucionismo de Derrida para o desenvolvimento da lingüística e da teoria literária? Não é essa a questão. A questão é que os processos e fenômenos que estes teóricos desvendaram necessitam ser considerados à luz de outra perspectiva. É preciso compreender a lógica das transformações deste mundo cada vez mais heterogêneo e complexo dentro de sua realidade histórica e para além dos fenômenos despedaçados que os intelectuais pós-modernistas expõem (TOURAINÉ, 1994). Arriscamos inclusive afirmar, e seguramente não estamos sozinhos nesta percepção, que as contribuições positivas do discurso pós-moderno somente possuem sentido no interior de uma ciência eminentemente moderna. Nos termos de Featherstone (1994), ao invés de advogar uma sociologia pós-moderna (que se apresentaria propriamente como uma anti-sociologia), devemos ter como objetivo criar uma sociologia do pós-modernismo ou da cultura da pós-modernidade. É justamente esta perspectiva que assume Harvey (2007), além de outros autores como Jameson (1996) e Lash & Urry (1994), os quais constroem uma espécie de crítica modernista do discurso da pós-modernidade.

3 CULTURA OU SOCIEDADE PÓS-MODERNA?

O pós-modernismo trouxe à tona elementos que, de algum modo, estão presentes na própria modernidade. Autores que vão ao encontro desta posição aspiram conceber a pós-modernidade como uma condição histórica, um período do capitalismo contemporâneo e, especialmente, uma nova fase da própria modernidade, a qual só pode ser conhecida em relação às suas fases anteriores. Este é o caso de Jameson (1996), Lash & Urry (1994) e do próprio Harvey (2007). Em comum estes autores têm o fato de considerarem a pós-modernidade como uma fase do capitalismo tardio/desorganizado/flexível, acentuarem mais os elementos de continuidade do período atual em relação às fases anteriores do capitalismo do que os de ruptura, e empreenderem uma “análise modernista” da condição pós-moderna. Não obstante, suas perspectivas possuem diferenças importantes referentes à definição do conteúdo da condição pós-moderna, sobretudo no que diz respeito a compreendê-la como um fenômeno eminentemente cultural e estético ou, mais amplamente, abarcando a totalidade de dimensões societárias.

Jameson (1996) define o pós-modernismo como “a lógica cultural do capitalismo tardio”. Ao falar em “capitalismo tardio” (expressão originária de Ernest Mandel) o autor procura sublinhar sua discordância com a idéia de “sociedade pós-industrial”. Nas suas palavras, o termo capitalismo tardio é usado para “marcar sua continuidade em relação ao que o precedeu e não a quebra, ruptura ou mutação que conceitos como 'sociedade pós-industrial' pretendiam ressaltar” (JAMESON, 1996, p. 22). Desde sua perspectiva, o advento do pós-modernismo está relacionado tanto à mercantilização da cultura em curso na presente fase de expansão capitalista, quanto à crescente “culturalização da economia”, que se expressa no advento da “sociedade do espetáculo”, expressão que o autor utiliza amplamente em substituição à capitalismo tardio. Segundo o autor, a incorporação da cultura pelo mercado teria a tornado um elemento tão importante na lógica do capitalismo contemporâneo que a levou da periferia para o centro do sistema de produção e consumo, tornando-a, na realidade, o principal determinante da dinâmica econômica, social e política da sociedade contemporânea. Para Jameson (1996, p. 18), estamos diante de “uma ‘revolução cultural’ na escala do próprio modelo de produção”, e é justamente esta revolução cultural que delimita os contornos de uma nova fase do capitalismo mundial, sua fase

pós-moderna; onde o conjunto da vida social se torna um emaranhado de fenômenos eminentemente culturais e estéticos, e a realidade perde sua profundidade e historicidade *vis-à-vis* o desenvolvimento de uma cultura da imagem, da instantaneidade e do simulacro.

Lash & Urry (1994) assumem uma posição em muitos aspectos similar a esboçada por Jameson. Para os autores, o pós-modernismo emerge como o novo padrão cultural das relações econômicas, sociais e políticas do “capitalismo desorganizado” – uma nova fase multinacional, informacional e consumista da sociedade capitalista.⁵ Nesta perspectiva, o atual período da economia capitalista é tanto pós-fordista, nos termos de que sucede a era da produção e consumo de massa, quando pós-moderno, na medida em que a produção e o consumo são crescentemente afetados pela estética cultural pós-modernista. A pós-modernidade estabelece-se como uma condição histórica em que a cultura se torna veículo de profundas transformações nas relações de produção, uma vez que os próprios bens econômicos se mostram antes de tudo signos culturais: “O que é cada vez mais produzido não são objetos materiais, mas signos” (LASH; URRY, 1994, p. 4). O novo regime de acumulação está se constituindo em um regime de significados culturais. Por um lado, assiste-se a uma proliferação de bens simbólicos - música, cinema, vídeos, revistas - com seus “novos intermediários culturais” que podem ser encontrados nas ocupações de consumo cultural orientadas para o mercado - mídia, publicidade, design, moda etc. - (FEATHERSTONE, 1994). Por outro, vê-se que os próprios bens materiais adquirem cada vez mais um conteúdo estético que os aproxima da lógica de produção e circulação dos signos culturais, obedecendo ao imperativo da moda.

Similarmente à Jameson, Lash & Urry também demonstram as evidências de um crescente processo de mercantilização da cultura e enfatizam o modo como padrões culturais e estéticos colonizam a economia, revelando o êxito do pós-modernismo em realçar as dimensões estéticas da própria modernidade.⁶ Apesar disso, Lash e Urry possuem uma percepção bastante diferente daquela proferida por Jameson no que tange às conseqüências da mercantilização não só da cultura, mas também do consumo como ato eminentemente cultural que é. Enquanto este dá peso demasiado à força de apropriação da cultura e do consumo pelas corporações e pela mídia, como se todos os atos culturais e de consumo do capitalismo tardio fossem controlados pela força irresistível do mercado - “na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto” (JAMESON, 1996, p. 14) -, aqueles vêm ainda um grande espaço para a contraposição desse processo, o que estaria associado ao fato das “sociedades modernas tardias” estarem se tornando cada vez mais *reflexivas*.⁷

⁵Harvey discorda da idéia de “capitalismo desorganizado”. Para o autor, o capitalismo está se mostrando cada vez mais organizado e é justamente isso que lhe permite dispersão, mobilidade e flexibilidade, tudo “acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (HARVEY, 2007, p. 151). Lash & Urry (1994) reagiram a estas críticas advogando que o termo tem uma conotação muito específica associada à crise de regulação dos Estados-nacionais: “O *Fim do Capitalismo Organizado* foi criticado por sugerir que as sociedades contemporâneas são desorganizadas ao invés de reorganizadas. Neste livro nós demonstramos, com sorte mais convincentemente, que o capitalismo contemporâneo é, enfim, desorganizado. Por isto nós compreendemos que o fluxo de pessoas e objetos está progressivamente menos sincronizado dentro das fronteiras nacionais.” (LASH; URRY, 1994, p. 10).

⁶“Neste sentido, da crescente profusão e velocidade de circulação de artefatos culturais, o pós-modernismo não é exatamente uma crítica ou recusa radical do modernismo, mas sua radical exageração. Ele é mais moderno que o modernismo.” (LASH; URRY, 1994, p. 3).

⁷Ainda que próximos à discussão de Giddens e Beck acerca do tema, Lash e Urry estão tratando basicamente do que chamam de “reflexividade estética” em contraposição à dimensão mais cognitiva discutida pelos outros dois autores. Não temos condições de adentrar neste debate aqui. Para uma síntese das diferentes posições veja Giddens; Beck; Lash (1997).

Em que pese às contribuições essenciais destes autores, Kumar (1997) nos faz perceber que tanto Jameson quanto Lash & Urry pecam ao tratar o pós-modernismo como a face cultural da sociedade moderna contemporânea (tardia, reflexiva etc.), porque ambos partem de uma separação inconsistente entre cultura e sociedade ou, mais precisamente, entre cultura e economia. Separação que, segundo Kumar, se desfaz na própria análise dos autores na medida em que ambos elevam a “cultura pós-moderna” a um novo patamar na sociedade moderna, onde esta passa a afetar a totalidade das dimensões sociais, econômicas e políticas. Neste caso, como não perceber que estamos diante não somente de uma cultura pós-moderna, mas de uma sociedade cada vez mais pós-moderna?

De acordo com Kumar (1997, p. 131), Harvey está entre aqueles teóricos que conseguem “tratar o pós-modernismo como uma categoria abrangente entre cultura e sociedade”, descrevendo “dimensões igualmente culturais, econômicas, políticas, filosóficas e mesmo psicológicas”. Todavia, antes de aceitar este ‘elogio’ à *Condição da Pós-modernidade* é mister analisar o que o próprio Harvey apresenta. Ainda que estejamos inclinados a concordar com Kumar no que tange ao modo como o conjunto da obra de Harvey trata a questão da pós-modernidade, ao que parece há muito que o aproxima da percepção de Jameson e Lash & Urry referente ao pós-modernismo como a expressão cultural e estética da modernidade. Não poderiam ser mais expressivos neste sentido o próprio subtítulo da *Condição Pós-moderna*: “uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”, e a “tese” pronunciada por Harvey no começo do livro, especialmente no que tange às conexões necessárias entre a “ascensão de *formas culturais pós-modernas*” e a “emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital”. Tal confusão parece decorrer da indiferenciação com que são tratados os termos *pós-modernismo* e *pós-modernidade*. De fato, o uso intercambiável destes termos tem contribuído para dificultar diferenciações analíticas.⁸ Isso é particularmente claro no capítulo 19, cujo título “A pós-modernidade como condição histórica” abre uma discussão que principia falando de práticas estéticas e culturais e finaliza da seguinte maneira: “em resumo, o *pós-modernismo* pode ser considerado uma condição histórico-geográfica de uma certa espécie” (HARVEY, 2007, p. 294). Aprender que a análise de Harvey sobre a pós-modernidade ultrapassa a dimensão cultural requer uma compreensão global de sua proposição sobre a emergência de formas de acumulação flexível e a “compressão do tempo-espço”, o que é objeto da próxima seção.

4 DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL À CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

Dentre os autores que se empenharam em explicar as transformações da sociedade contemporânea, Harvey destaca-se por enfatizar sobretudo os elementos de continuidade entre os processos atuais e a dinâmica histórica do capitalismo. Desde o princípio, o autor faz questão de refutar as teorias que advogam o surgimento de uma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial.⁹ De tal modo, defende a necessidade de outro tipo de teorização que consiga perceber as modificações radicais que estão se processando em muitos campos sociais sem perder de vista “o fato de as

⁸Muitos autores tratam o pós-modernismo como a referência cultural da pós-modernidade, utilizando, neste caso, a expressão posmodernismo. Para Kumar (1997), semelhante diferenciação perdeu significado analítico pelo uso corrente e indiferenciado dos termos.

⁹Ainda que as similaridades com a versão de Daniel Bell (1973) da teoria da “sociedade pós-industrial” sejam evidentes, em especial no que tange à relevância da globalização, das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da flexibilização do trabalho, a teoria da “sociedade pós-fordista” apresenta, além de ênfase distinta sobre a importância das mudanças na estrutura ocupacional em direção ao setor de serviços, uma leitura crítica acerca das consequências destas transformações e parâmetros de análise bastante distintos, ao ponto de ser considerada por Kumar (1997) como a versão marxista das teorias pós-industrialistas.

regras básicas do modo capitalista de produção continuarem a operar como forças plasmadoras invariantes do desenvolvimento histórico-geográfico” (HARVEY, 2007, p. 117).

Ao encontro das proposições da teoria francesa da regulação de Aglietta, Lipietz, Boyer e outros¹⁰, Harvey considera que os eventos recentes descrevem uma transição no *regime de acumulação* e no *modo de regulamentação social e política* a ele associado. Transição esta que o autor caracteriza como a passagem de um regime de acumulação e regulamentação fordista-keynesiano para um regime de “acumulação flexível”.

Inicialmente, Harvey retoma Marx para demonstrar que a dinâmica do capitalismo é inerentemente propensa a crises de superacumulação e que, a cada crise, o capital necessita encontrar formas de administrá-la para não colocar em risco a sobrevivência do próprio sistema.

O argumento marxista é, por conseguinte, que a tendência de superacumulação nunca pode ser eliminada sob o capitalismo. Trata-se de um interminável e eterno problema de todo modo capitalista de produção. A única questão, portanto, é como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência de maneiras que não ameacem a ordem social capitalista (HARVEY, 2007, p. 170).

Para o autor, o capital pode administrar a crise basicamente de três formas. A primeira é a *desvalorização* das mercadorias, do dinheiro e do próprio capital produtivo. Ainda que amplamente utilizada, esta é uma alternativa de alto custo político, uma vez que atinge todas as classes sociais e pode desestabilizar o modo de regulamentação social e política que sustenta o regime de acumulação. A segunda alternativa é o *controle macroeconômico* através da institucionalização de um sistema de regulação. Neste caso, geralmente o Estado assume o ônus de estabilizar a crise, o que resulta em intenso endividamento estatal. A terceira opção, segundo o autor aquela de resultado mais efetivo, é a absorção da superacumulação por intermédio do *deslocamento temporal-espacial*. E é justamente sobre esta estratégia que Harvey (2007, 1982) centra sua análise.

Deslocamento temporal trata-se de um conjunto de estratégias que envolvem o desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros e, principalmente, a aceleração do *tempo de giro do capital*, o que também envolve a formação de “capital fictício” (com existência no papel, mas sem sustentação na atividade produtiva real). *Deslocamento espacial* refere-se à expansão geográfica do capital com a produção de novos espaços para a acumulação capitalista. Segundo Harvey (1982), isoladamente estes “reparos” do sistema não passam de soluções paliativas, mas, quando combinadas, as estratégias temporais e espaciais conseguem criar uma base relativamente estável para um novo período de acumulação capitalista de longo prazo.

Nestes termos, o autor considera que a passagem do fordismo para a acumulação flexível envolve basicamente a emergência de um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo. A questão é que, uma vez que tempo e espaço são categorias tão básicas da existência humana, qualquer alteração significativa nestas dimensões envolve uma transformação profunda nos processos materiais e simbólicos de reprodução social. Por conseguinte, é justamente neste nexos estrutural que reside a explicação para o que o autor chama de “condição da pós-modernidade”, a qual refere-se a uma nova experiência do tempo e do espaço, com

¹⁰Para uma introdução aos conceitos da escola da regulação veja Boyer & Saillard (1995).

todas as consequências que esta acarreta à organização social, econômica, política, cultural e estética do mundo.

Harvey não foi o único nem o primeiro a acentuar que a mudança atual está relacionada ao modo como experimentamos o tempo e o espaço. As análises de Berman (1982), Bell (1973), Jameson (1996) e Giddens (1991) de certo modo caminham no mesmo sentido. A diferença, no entanto, está nos distintos mecanismos de causação. Harvey assume uma postura segundo a qual é a constituição de um novo regime de acumulação e regulamentação que ocasiona esta nova configuração temporal e espacial a qual leva à condição da pós-modernidade. Antes de examinarmos esta relação permitam-nos, todavia, retomar mais detalhadamente a questão da transição do fordismo para regimes de acumulação flexível 'pós-fordistas'.

De acordo com Harvey (2007), o longo período entre o pós-guerra e o início dos anos 70 marca uma fase de expansão e estabilidade do capitalismo que esteve baseada em um amplo conjunto de práticas produtivas e formas de regulação que pode ser genericamente agrupado sob a noção de *fordismo*. Mas, o que exatamente está por trás desta noção? Até hoje é corriqueiro ver-se o *fordismo* unicamente associado à produção em massa direcionada para consumo em massa. Ainda que correta em perceber a superfície deste modelo no que tange ao funcionamento dos mercados, esta leitura corre sério risco de reduzir o real significado da consolidação de uma estrutura econômica, social e política muito mais complexa. Na verdade, o termo *fordismo* se transformou em um neologismo que abrigou outros processos igualmente importantes, os quais se desenvolveram em dimensões que vão muito além da produção e do consumo de massa.

Em primeiro lugar, a estrutura produtiva preconizada pelo fordismo seria inviável sem as inovações tecnológicas e organizacionais que ampliaram a produtividade do trabalho. Neste sentido foram particularmente importantes a disseminação de princípios de administração baseados na decomposição dos processos de trabalho e na reorganização das tarefas segundo padrões definidos de tempo (*taylorismo*) e a incorporação industrial das tecnologias desenvolvidas durante o período entre-guerras. Em segundo lugar, este novo regime não seria capaz de reproduzir-se sem uma ativa interferência estatal, ao que a crise dos anos 30 e a ascensão de políticas keynesianas foram absolutamente fundamentais. O fordismo dificilmente existiria sem a estrutura do *Estado-nação* que garantiu os investimentos necessários em termos de infraestrutura produtiva, controlou os fluxos monetários, mediou as relações trabalhistas entre empresas e trabalhadores¹¹ e garantiu o estado de bem-estar social com políticas de pleno emprego, seguridade social, saúde e educação. Finalmente, ainda é necessário perceber o nexo com o desenvolvimento da cultura e estética modernistas. Como nota Harvey (2007, p. 131), “o fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo – particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência [...]”.

Sob estas bases, o fordismo atingiu seu apogeu nas décadas de 40 e 50, alcançando taxas elevadas e estáveis de crescimento econômico, a ampliação do estado de bem-estar social e dos padrões de vida e o fortalecimento dos regimes democráticos. Contudo, na segunda metade dos anos 60 esse modelo já começava a demonstrar sinais de crise. O fato de nem todos terem participação nos benefícios trazidos pelo advento da sociedade fordista trouxe à tona um crescente descontentamento social. eclodiram movimentos trabalhistas reivindicando equiparação das condições econômicas e sociais entre os trabalhadores do centro e da

¹¹A consolidação do fordismo envolveu uma série de “compromissos” e “reposicionamentos” por parte do Estado, do capital corporativo e dos trabalhadores organizados (sindicatos), onde cada parte assumiu um papel chave. Dados os limites deste estudo não teremos condições de analisar esta questão (veja Harvey, 2007, p. 125-134 e Bonano, 1999).

periferia do sistema. Proliferaram movimentos de minorias sociais (com base étnica, racial e de gênero) que estavam excluídas do acesso ao padrão de vida dos trabalhadores centrais. Do movimento de contra-cultura emanou uma forte crítica estética ao funcionalismo da cultura modernista. A isto se associaram ainda novas demandas de consumo que não eram atendidas pela produção em massa. O *consumidor* emergiu como categoria central do novo regime, e com ele ampliou-se a individualização do consumo. Mas também se instituiu uma espécie de customização em massa, isto é, a produção em massa de bens e serviços que atendem aos anseios de cada consumidor individual, a custos semelhantes aos dos produtos não customizados.

Em que pese todas as tensões, o fordismo conseguiu manter-se de modo relativamente estável até os primeiros anos da década de 70. A partir daí uma série de mudanças na economia mundial vão ser responsáveis pela primeira grande recessão do pós-guerra. Os eventos recorrentemente mencionados para se referir à crise remontam fundamentalmente ao colapso inflacionário e fiscal norte-americano que colocou em xeque a legitimidade dos EUA enquanto regulador da economia mundial e solapou o papel do dólar como moeda-reserva internacional; o precedente fim do acordo de Bretton Woods que desvinculou os mercados mundiais do padrão-ouro; e a explosão do preço do barril de petróleo que colocou em risco toda base energética que sustentava a produção mundial.

Quais eram neste momento as alternativas possíveis para a crise? Por um lado, a *desvalorização* era uma opção extremamente perigosa tendo em vista o clima de tensão social da época que, nos países do “*terceiro mundo*”, por exemplo, era marcado pelas lutas de libertação nacional e contra os regimes militares. Qualquer alternativa deste tipo poderia colocar em risco o sistema. Por outro lado, o *controle macroeconômico* através da intervenção estatal era uma alternativa ainda mais remota. A sustentação do estado de bem-estar social levou o Estado fordista ao endividamento, o que retirou suas possibilidades reais de intervir para contornar a crise. Por conseguinte, restaram as estratégias que envolvem *deslocamento temporal e espacial*, e foi sobre estas que o capital se apoiou. Estas estratégias surgiram vinculadas a um profundo processo de reestruturação que colocou em curso um novo regime de acumulação capitalista e um novo modo de regulamentação social e política.

Para Harvey (2007), no cerne desta reestruturação encontra-se a criação de um regime de “acumulação flexível” que se opõe diretamente à excessiva *rigidez* do período fordista. As décadas de 70 e 80 são caracterizadas por um intenso processo de reestruturação econômica e reajustamento político e social (neoliberalismo) em que a palavra de ordem passa a ser *flexibilização*. Esta atingiu desde os processos de trabalho e produção até os padrões de consumo e as formas de regulação, passando pela impulsão de novos estilos culturais.

No lado da produção e do trabalho, o regime pós-fordista caracterizou-se pelo surgimento de novos setores produtivos, desintegração vertical, desenvolvimento das economias de escopo e da produção *just in time* e flexibilização das relações trabalhistas, com uma explosão da subcontratação, informalidade e terceirização. Na ponta do consumo, o novo regime adaptou-se à estética pós-modernista que celebrava a diferença, o espetáculo, a moda e a mercadificação das formas culturais. A cultura do *consumismo* tornou-se mais presente, porém, também aumentaram os espaços para formas de consumo mais emancipatórias e reflexivas (BONANO, 2007). O consumo de massa perdeu espaço para o especializado. A tradicional economia de *commodities* viu emergir ao seu lado uma economia de qualidades e singularidades, que não vende objetos, mas signos culturais (LASH; URRY, 1994). Enfim, no campo cultural, estas mudanças impulsionaram modos de vida e comportamentos individualistas vinculados à cultura do empreendedorismo e da livre iniciativa (HARVEY, 2007, KUMAR, 1997). Se

o modernismo foi a cultura do fordismo, o pós-modernismo se tornou a cultura do regime de acumulação flexível.

Estas mudanças estão associadas a transformações no núcleo do regime de acumulação e nos modos de regulamentação onde três processos foram particularmente decisivos: transnacionalização, financeirização e desregulamentação. Embora o fordismo já fosse um regime internacionalizado, a transição para a acumulação flexível esteve acompanhada por um processo de transnacionalização dos atores econômicos.¹² A isso se associou a expansão dos mercados e atores financeiros, os quais se tornaram o centro dinâmico do “pós-fordismo global” (BONANO, 1999). Aqui cabe considerar as possibilidades abertas pela revolução da tecnologia da informação, a qual motivou o surgimento de redes globais das empresas, organizações e instituições que estiveram à frente da formação do novo modelo de acumulação e regulamentação (CASTELLS, 1999). Finalmente, é mister considerar que, ao mesmo tempo em que as corporações transnacionais ligadas ao setor financeiro assumiram o controle econômico do regime de acumulação flexível, os Estados-nação foram perdendo força enquanto mecanismos reguladores. Contudo, a des-regulação se tornou, na verdade, re-regulação a partir de instituições multilaterais (em especial, a OMC) que assumiram uma posição estratégica na mediação das transações econômicas. De acordo com Bonano (2007), estas mudanças evidenciaram apenas a crise de uma forma de Estado (Estado-nação) que se constituiu para sustentar o desenvolvimento do fordismo. Novas formas de Estado têm emergido - sobretudo na forma de “estados supranacionais” semelhantes à União Européia -, as quais reassumem importante papel regulatório, sobretudo no que diz respeito aos fluxos do trabalho. Ademais, cabe notar que a expansão de novos gigantes econômicos como China, Índia, Brasil e, novamente, a Rússia tem ocasionado o retorno da questão dos Estados nacionais para o centro do debate geopolítico.

No conjunto, estas estratégias permitiram, por um lado, o ininterrupto movimento do capital para novos espaços produtivos e, por outro, a aceleração do tempo de giro do capital (*capital turnover*) aumentando consideravelmente sua velocidade de reprodução. A hipermobilidade do capital na era do pós-fordismo global constituiu o principal determinante à superação da crise que abalou o capitalismo na década de 70 (BONANO, 2007; 1999). Isto não se deu, contudo, sem significativos deslocamentos espaciais e temporais associados à transnacionalização e informatização que ocasionaram uma nova fase de compressão do tempo-espaço. Tornamos, então, ao ponto inicial: a centralidade da mudança do tempo e do espaço na condição pós-moderna.

Como insistem Harvey (2007) e Bonano (2007), tempo e espaço não são categorias fixas e imutáveis. Pelo contrário, são produtos sociais que estão diretamente relacionados às forças materiais da reprodução do capitalismo. “Dessa perspectiva materialista, afirma Harvey (2007, p. 189), podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social”. Ademais, como lembra Bonano (2007, p. 17), “diferentes estágios do capitalismo criam suas próprias relações espaço-

¹²Paradoxalmente, este movimento foi acompanhado pelo ressurgimento das localidades, algo que a discussão da pós-modernidade vinha salientando. A especialização flexível levou muitas corporações transnacionais a adotarem estratégias de localização, atuando como “verdadeiras federações de pequenas empresas” (HARVEY, 2007). Ao mesmo tempo, a crise dos “grandes” (os grandes Estados-nacionais, as grandes corporações, os grandes sindicatos, os grandes movimentos sociais) e a flexibilização do trabalho e da produção possibilitaram a proliferação de pequenos empreendimentos localizados baseados em sistemas de trabalho doméstico, artesanal, familiar etc. A experiência da *Terça Itália* demonstrou a consolidação de distritos industriais integrados tanto na lógica dos mercados globais quando nas convenções e instituições locais, tornando-se uma espécie de tipo ideal do modelo pós-fordista (PIORE; SAIBEL, 1984).

tempo”. Isto ocorreu com o tempo e o espaço do projeto do Iluminismo, na “alta modernidade” e, agora, na “pós-modernidade flexível” (HARVEY, 2007).

Dada sua relevância enquanto elementos definidores das relações humanas, a reorganização do tempo e espaço ocasiona uma transformação no conjunto das dimensões societárias. Segundo Bonano (2007, p. 7),

Devido a esta natureza relacional do tempo e espaço, a mobilidade do capital e a concomitante compressão do tempo e espaço significam uma reorganização das relações sociais. O ponto é que a compressão do tempo e espaço afeta a organização da sociedade. Assim como o tempo e espaço são constantemente reorganizados, também é reorganizada a sociedade.

Agora, podemos concordar com Kumar (1997) de que, para Harvey a nova fase histórica correspondente à condição da pós-modernidade não está associada exclusivamente a mudanças nas práticas produtivas ou mesmo à emergência de formas culturais e estéticas pós-modernas, mas a uma transformação mais ampla que ocorre no conjunto das instituições sociais, econômicas, culturais e políticas da modernidade, onde se alteraram desde as práticas, os sistemas de representação, as formas estéticas e as estruturas de sentimento.

No fulcro da teoria construída por Harvey está a percepção de que a compreensão do tempo e espaço está enraizada na aceleração do ritmo da vida e na redução das barreiras espaciais que limitam as relações humanas. As qualidades transitórias, efêmeras, fugidias, particularistas, caóticas e estetizadas da pós-modernidade, para as quais os intelectuais pós-modernos chamaram a atenção, possuem uma explicação coerente com as mudanças temporais e espaciais decorrentes da transição para um regime de acumulação flexível. A passagem do consumo de bens para o consumo de serviços está na base da estratégia de aceleração do tempo de reprodução do capital. O mesmo argumenta-se em relação à volatilidade e efemeridade dos novos mercados culturais que comercializam imagens e signos que rapidamente se desfazem. No domínio da produção e do consumo pode-se notar ainda a ênfase nas virtudes da instantaneidade e descartabilidade dos produtos. No mundo do trabalho o que conta é a velocidade de adaptação dos trabalhadores às contínuas mudanças tecnológicas e organizacionais, além do grau até o qual os empresários conseguem suportar a esquizofrenia de um estilo de vida frenético. Por sua vez, a valorização das identidades culturais e tradições associadas ao local têm sido cada vez mais possíveis à medida que a revolução informacional aproxima o local do global, ao ponto de que são produzidas identidades e tradições híbridas a partir do novo nexo que se estabelece entre estas duas dimensões (HALL, 2006).

Harvey conclui apontando para a relação entre as transformações que levam ao novo contexto experiencial do tempo-espaço correspondente à condição da pós-modernidade e a perspectiva materialista histórica que construiu:

A intensidade da compressão do tempo-espaço no capitalismo ocidental a partir dos anos 60, com todos os seus elementos congruentes de efemeridade e fragmentação excessivas no domínio político e privado, bem como no social, parece de fato indicar um contexto experiencial que confere à condição da pós-modernidade o caráter de algo um tanto especial. Contudo, situando esta situação no seu contexto histórico, como parte de uma história de ondas sucessivas de compressão do tempo-espaço geradas pelas pressões da aceleração de capital [...],

podemos ao menos levá-la para o âmbito de condição acessível à análise e interpretação materialista histórica (Harvey, 2007, p. 276).

De acordo com Aramburu (1994), ao assumir uma postura materialista que torna a criação de uma nova experiência do tempo e espaço dependente das práticas materiais de reprodução social, Harvey não nega que se possa produzir o contrário, isto é, mudanças na forma como imaginamos, pensamos e racionalizamos transformando a base material. A nosso ver, o esquema interpretativo construído por Harvey chega próximo à demonstração da inter-relação entre as condições materiais e simbólicas de reprodução social quando assume que nenhum regime de acumulação capitalista pode sobreviver sem uma estrutura regulatória constituída na forma de leis, convenções e instituições que refletem esquemas de representação socialmente construídos. Mas, esta seguramente é uma leitura inacabada, haja vista a complexidade das interfaces entre estas dimensões. Não obstante, ao que parece esta não é uma problemática decorrente do esquema analítico do autor, mas da própria base epistêmica que o sustenta. Estamos diante de uma questão que o materialismo histórico precisa responder. Seja como for, o que nos parece particularmente inadmissível são acusações referentes à coerência, sistematicidade e objetividade, desafios que o autor se colocou ao arriscar construir uma crítica modernista da condição pós-moderna e que, a nosso ver, alcançou integralmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática apresentada neste ensaio pode ter soado ultrapassada para muitos leitores. As discussões sobre modernidade e pós-modernidade tiveram um desenvolvimento substancial desde a publicação de *Condição Pós-moderna*, muito embora o livro continue sendo uma das principais referências do debate hodierno. Também o contexto social já não é o mesmo de outrora. Se, por um lado, a lógica mercantil penetrou ainda mais profundamente em todas as dimensões da vida social, por outro, a cultura se enraizou mais profundamente no mercado. Ademais, assistimos atualmente uma espécie de retorno dos sujeitos como agentes da mudança social e a re-emergência da sociedade civil e das esferas públicas enquanto arenas do debate democrático e emancipatório (TOURAINÉ, 1994; HABERMAS, 1992). Igualmente, pode-se assumir que estamos outra vez diante do ressurgimento do universalismo e das energias utópicas, agora intimamente associados às possibilidades da democracia e do mercado. Neste sentido, Jeffrey Alexander (1995) chega a falar da emergência de uma fase de neo-modernização e da entrada em cena de teorias “pós-pós-modernas”.

De certo modo, tais mudanças estão relacionadas à oportuna compreensão das ciências sociais de que seu desafio atual é combinar argumentos presentes nas narrativas modernistas e pós-modernistas, aprendendo a fazer dos dualismos (universal-particular, transitório-duradouro, homogêneo-heterogêneo, etc.) pares simbióticos que potencializem o conhecimento do mundo social. Para concluir, queremos argumentar que a obra de Harvey, mesmo estando mais próxima de uma formulação “pré-pós-moderna” do que “pós-pós-moderna” (ARAMBURU, 1994), caminha ao encontro desta perspectiva, do que provém grande parte de sua relevância para o debate social contemporâneo.

A teorização proposta por Harvey possui claramente uma dimensão universalista e totalizante. O autor busca na lógica do capital (mercantilização, financeirização) os elementos “eternos e invariantes” do desenvolvimento histórico e geográfico da sociedade capitalista tardia. Não obstante, sua interpretação também é

suficientemente ampla e complexa para incorporar a preocupação pós-moderna com a heterogeneidade dos processos sociais. Assim, ao mesmo tempo em que a *Condição Pós-moderna* acentua aspectos da dinâmica homogeneizante do capitalismo global, também demonstra uma preocupação especial com o renascimento do localismo e do particularismo e, para além disso, com o desenvolvimento desigual dos processos de globalização. É nesta perspectiva que Harvey discute a variedade de formas de organização do tempo e do espaço em distintas formações sociais, do que decorre o modo desuniforme como ocorre a transição da “modernidade fordista” para a “pós-modernidade flexível”.

Neste sentido, é preciso ter em mente que a condição da pós-modernidade não se configura exatamente pelo fim do fordismo e a constituição de um regime completamente diferente. O que existe são diferentes formas de coexistência do fordismo e pós-fordismo. A produção e o consumo de massa continuam tendo uma relevância central na economia, as instituições do Estado-nação permanecem sendo formas importantes de regulamentação e os movimentos sociais e sindicais tradicionais ainda estão muito presentes no cenário político. Contudo, novas formas de Estado, mercado e ação coletiva têm se tornado hegemônicas no capitalismo tardio. É isto que permite falar na materialização de um novo regime de acumulação e regulamentação nos termos de uma sociedade pós-fordista.

Finalmente, a consistência do trabalho de Harvey também se deve à forma como o autor consegue transitar entre distintas disciplinas e salientar com igual importância as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Se sua análise manteve-se fortemente associada a uma perspectiva materialista que enfatiza a base econômico-produtiva, ela também não deixou de dar a devida importância às dimensões culturais e estéticas. Como argumentamos, pode ser que os mecanismos causais delimitados por Harvey façam as transformações em algumas destas dimensões precederem as demais, mas isto não significa que o autor tenha considerado qualquer uma delas menos relevante à condição da pós-modernidade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. Modern, ante, post, and neo: how intellectuals have coded, narrated, and explained the “crisis of our times”. In: _____. **Fin-de-siècle social theory: relativism, reduction, and the problem of reason**. Londres: Verso, 1995.

ARAMBURU, M. A condição pós-moderna de David Harvey. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, p. 115-117, 1994.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial** – Uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar** - a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BONANO, A. Capital mobility and the reorganization of the timespace relation in the global era. In: **CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY**. 31, Proceedings... Wageningen, the Netherlands, aug. 2007.

_____. A Globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J.S.B. (org.) **Globalização, trabalho e meio ambiente**. Recife: UFPE, 1999. p. 47-94.

BOYER, M. ; SAILLARD, Y. (Orgs.) **Théorie de la régulation**. L'état des savoirs, Paris :

La Découverte, 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** - A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FEATHERSTONE, M. Para uma sociologia da cultura pós-moderna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, jun. 1994.

FOSTER, J. B. Em defesa da história. In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B. (Orgs.). **Em defesa da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 196-206.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

HABERMAS, J. Modernidade - um projeto inacabado. In: ARANTES, O.; ARANTES, P. (Orgs.). **Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 99-123.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Limits to Capital**. Oxford: Blackwell, 1982.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LASH, S.; URRY, J. **Economies of signs and space**. London: Sage, 1994.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.

PIORE, M.J. ; SABEL, C.F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

VERDAGUER, C.C. David Harvey, de 1973 a 2003. **Geusp** – Espaço e Tempo. São Paulo, n. 17, p. 155-161, 2005.

WALLERSTEIN, I. **The heritage of sociology**: the promise of social science. Conference at XIVth World Congress of Sociology, Montreal, 1998.

WOOD, E.M. O que é a agenda "pós-moderna"? In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B. (Orgs.). **Em defesa da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 7-22.

_____. **Modernity, posmodernity, or capitalism?** Monthly Review, v. 48, n. 3, jul./aug. 1996.

Artigo recebido em: Julho/2008

Aceito em: Dezembro/2008

